
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.



CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA;78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 15 March 2023 | 21:16 BRT

 Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5



Sumário

Balanço Patrimonial.....	2
Demonstrações dos resultados	4
Demonstração dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	10
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	17
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
(6) TRIBUTOS A COMPENSAR	18
(7) OUTROS ATIVOS	19
(8) INVESTIMENTOS	19
(9) FORNECEDORES	21
(10) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	21
(11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	21
(12) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS	22
(13) RESULTADO FINANCEIRO	22
(14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	23
(15) GESTÃO DE RISCOS	23
(16) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	25
(17) EVENTOS SUBSEQUENTES	26



CPFL COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA CONE SUL LTDA

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	Não auditado 31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.298	142
Dividendo e juros sobre o capital próprio	8	215.689	8.240
Imposto de renda e contribuição social a compensar		-	3
Outros tributos a compensar	6	15.110	2
Outros ativos	7	-	426
Total do circulante		281.098	8.813
Não circulante			
Investimentos	8	3.305.080	2.630.749
Intangível		-	1
Total do não circulante		3.305.080	2.630.749
Total do ativo		3.586.177	2.639.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA CONE SUL LTDA
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	Não auditado 31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	9	139	5.113
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10	10.143	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher		8.877	117
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	14	21.662	16.869
Outras contas a pagar		1	-
Total do circulante		40.822	22.099
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10	-	42
Total do não circulante		-	42
Patrimônio líquido			
	11		
Capital social		2.677.144	42
Reserva de capital		249.037	-
Reserva legal		18.838	-
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		15.913	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.679.857
Dividendo		342.000	-
Resultado abrangente acumulado		242.423	(59.724)
Lucros/(Prejuízos) acumulados		-	(2.755)
		3.545.355	2.617.420
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-
Total do patrimônio líquido		3.545.355	2.617.420
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.586.177	2.639.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA CONE SUL LTDA
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	Não auditado 2021
Custo com operação	12	(1)	(3)
Amortização		(1)	(2)
Outros custos com operação		-	(1)
Lucro operacional bruto		(1)	(3)
Despesas operacionais	12		
Despesas gerais e administrativas		(2.348)	(29.882)
Outras despesas gerais e administrativas		(2.348)	(29.882)
Outras despesas operacionais		(538)	(1)
Outras despesas operacionais		(538)	(1)
Resultado do serviço		(2.887)	(29.886)
Resultado de participações societárias	8	436.212	28.713
Resultado financeiro	13		
Receitas financeiras		4.022	18
Despesas financeiras		(50.453)	(1.581)
		(46.431)	(1.564)
Lucro antes dos tributos		386.894	(2.737)
Contribuição social		(2.691)	-
Imposto de renda		(7.452)	(18)
		(10.144)	(18)
Lucro líquido do exercício		376.751	(2.755)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA CONE SUL LTDA

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>Não auditado 2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	376.751	(2.755)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	305.212	(58.312)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(3.065)	(1.412)
Resultados abrangente do exercício	<u>678.898</u>	<u>(62.479)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucro						Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucro	Reserva de retenção de lucros para investimento	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	169	-	-	-	-	-	-	(128)	42
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	(62.478)	(62.478)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(2.755)	(2.755)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(1.412)	(1.412)
-	-	-	-	-	-	-	-	(58.312)	(58.312)
Transações de capital com os acionistas	(128)	-	-	-	-	-	-	128	2.679.857
Redução de capital	(128)	-	-	-	-	-	-	128	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	2.679.857
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	42	-	-	-	-	-	-	(2.755)	2.617.420
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	376.751	678.898
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	376.751	376.751
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.065)
-	-	-	-	-	-	-	-	-	305.212
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	18.838	15.913	-	-	-	(34.751)	-
Constituição da reserva legal	-	-	18.838	-	-	-	-	(18.838)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	15.913	-	-	-	(15.913)	-
Transações de capital com os acionistas	2.677.102	249.037	-	-	-	342.000	-	(339.245)	249.037
Redução de capital	(2.755)	-	-	-	-	-	-	2.755	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.679.857	-	-	-	-	-	-	-	(2.679.857)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo proposto	-	-	-	-	-	342.000	-	(342.000)	-
Ganho (perda) em participação sem ganho no controle	-	249.037	-	-	-	-	-	-	249.037
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.677.144	249.037	18.838	15.913	-	342.000	-	-	3.545.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	Controladora	
	2022	Não auditado 2021
Lucro antes dos tributos	386.894	(2.737)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1	2
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	38.856	327
Equivalência patrimonial	(436.212)	(28.713)
Outros	537	-
	(9.924)	(31.121)
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	1.211.600	-
Tributos a compensar	(855)	2
Outros ativos operacionais	426	(426)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(4.974)	5.091
Outros tributos e contribuições sociais	8.141	49
Outros passivos operacionais	1	-
	1.204.415	(26.405)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.204.415	(26.405)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(32.996)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.171.419	(26.405)
Atividades de investimentos		
Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	(1.120.772)	(2.670.000)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(1.120.772)	(2.670.000)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	1.177.002	-
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.180.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.679.857
Captações de mútuos com controladas e coligadas	5.655	16.584
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(3.147)	-
	(490)	2.696.441
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(490)	2.696.441
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	50.156	36
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	142	105
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	50.298	142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL Comercialização Cone Sul S.A

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	Não audita do 2021
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.880)	(29.763)
2.1 Material	(28)	(14)
2.2 Serviços de terceiros	(2.314)	(29.748)
2.3 Outros	(538)	(1)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(2.880)	(29.763)
4 - Retenções	(1)	(2)
4.1 Depreciação e amortização	(1)	(2)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(2.881)	(29.765)
6 - Valor adicionado recebido em transferência	440.430	28.731
6.1 Receitas financeiras	4.218	18
6.2 Equivalência patrimonial	436.212	28.713
6.0 Participação de acionistas não controladores	-	-
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	437.549	(1.034)
8 - Distribuição do valor adicionado	-	-
8.1 Pessoal e encargos	0	116
8.1.1 Benefícios	0	116
8.2 Impostos, taxas e contribuições	19.233	407
8.2.1 Federais	19.233	407
8.3 Remuneração de capital de terceiros	41.566	1.197
8.3.1 Juros	41.559	1.193
8.3.2 Aluguéis	6	4
8.4 Remuneração de capital próprio	376.751	(2.755)
8.4.1 Lucros retidos	376.751	(2.755)
	437.549	(1.034)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA CONE SUL LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. (“CPFL Cone Sul” ou “Sociedade”), é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída com o objetivo de comercializar energia elétrica e participar no capital social de outras sociedades, em consórcios ou em outras formas de associação.

A Sociedade está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A sede administrativa da Sociedade está localizada na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 – Campinas - SP - Brasil.

A Sociedade é controlada pela CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”) que detém 100% do seu capital social.

A CPFL Cone Sul assumiu o controle da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica-CEEE-T (“CPFL Transmissão”) em 14 de outubro de 2021. Em abril de 2022, como resultado do leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da CPFL Transmissão, passou a deter 99,32% do capital social total (anteriormente 66,08%). Em dezembro de 2022, como resultado do resgate compulsório de ação em circulação, a Companhia passou a deter 100% do capital social total da CPFL Transmissão.

1.1 Controladas Operacionais

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T (“CPFL Transmissão”)

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T (“CPFL Transmissão”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. O término desta concessão de acordo com o último contrato firmado está previsto para 31 de março de 2051. A CPFL Transmissão possui como controlada direta a Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (“TESB”) com 96,85% de participação, e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral, Por sua vez a TESB tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, montagem, operação e manutenção das instalações de transmissão linhas e subestações pelo prazo de 30 anos. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041. A Sociedade assumiu o controle da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T, em 14 de outubro de 2021, para mais detalhes vide nota 11.2 - aquisição da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (“CPFL Transmissão”).

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Sociedade também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Sociedade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 16 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Sociedade revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Tributos a compensar;
- Nota 8 – Investimentos;
- Nota 10 – Impostos, taxas e contribuições;
- Nota 16 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Sociedade é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Sociedade.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco

insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Sociedade na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Sociedade tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Sociedade não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Sociedade não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 16). No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia, a Sociedade mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela Sociedade relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na

eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Sociedade não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Sociedade ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Quotas ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de quotas são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Sociedade avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Sociedade mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, A Sociedade considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Sociedade considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Sociedade utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes

para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Sociedade resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada, contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda, exposição financeira no momento do não cumprimento e a perda dada pela inadimplência.

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o *ágio* (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: *ágio*, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo *ágio*, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.5 Dividendo e juros sobre capital próprio

Conforme definido no Contrato Social da sociedade e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da sociedade após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.6 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

3.7 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.8 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a sociedade. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a sociedade avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A sociedade tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela sociedade e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações/quotas.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("goodwill"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.18 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2022, o Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1), sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da sociedade.

3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A sociedade não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022:

(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC23)

Em fevereiro de 2021, a norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativa contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração". Em relação as demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26)

Em fevereiro de 2021, a norma correlata ao CPC 26 (R1), para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações à norma são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32)

Em maio de 2021, a norma correlata ao CPC 32, na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26)

Em janeiro de 2020, a norma correlata ao CPC 26 (R1), emitiu alterações para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a sociedade está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Sociedade determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor

presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	não auditado 31/12/2021
Saldos bancários	3.064	29
Aplicações financeiras (*)	47.234	113
Total	50.298	142

(*) Corresponde a títulos de crédito privado de operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 47.234 (R\$ 113 em 31 de dezembro de 2021), realizado com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 100,74% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (99,91% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(6) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2022	não auditado 31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	3
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	3
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	14.250	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	860	2
Outros tributos a compensar	15.110	2
Total circulante	15.110	4

6.1 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	2022		Não auditado 2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	386.894	386.894	(2.737)	(2.737)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(436.212)	(436.212)	-	(28.713)
Dividendos prescritos	-	-	(28.713)	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	-	(96)	-	-
Base de cálculo	(49.317)	(49.413)	(31.449)	(31.449)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	4.439	12.353	2.830	7.862
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	5.364	5.364	(2.830)	(7.880)
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	-
Total	9.803	17.718	0	(18)
Corrente	(2.691)	(7.452)	-	(18)
Diferido	-	-	-	-

(7) OUTROS ATIVOS

Para o exercício, a Sociedade não apresentou saldo (R\$ 426 em 2021) correspondente à despesas pagas antecipadamente.

(8) INVESTIMENTOS

	31/12/2022	Não auditado 31/12/2021
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial		
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	1.764.825	1.306.206
Mais valia de ativos, líquidos	1.540.255	1.324.542
Total	3.305.080	2.630.749

8.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/22			Não auditado		Não auditado	
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
						Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
CPFL Transmissão CEEE-T	9.592.444	100,00	981.343	1.764.825	933.571	3.305.080	2.630.748	877.523	46.390
Subtotal Investimento pelo patrimônio líquido						3.305.080	2.630.748	877.523	46.390
Amortização de mais valia de ativos								(441.311)	(17.677)
Total						3.305.080	2.630.748	436.212	28.713

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Sociedade, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 441.311 (R\$ 17.677 em 2021), é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09(R2).

A movimentação dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

Investimentos	Investimentos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Resultado abrangente	Outros (*)	Investimentos em 31/12/2022
CPFL Transmissão CEEE-T	1.306.206	877.523	(1.433.837)	301.669	713.264	1.764.825
Amortização de mais valia de ativos	1.324.542	(441.311)	-	-	657.023	1.540.255
Total dos Investimentos	2.630.749	436.212	(1.433.837)	301.669	1.370.288	3.305.080

(*) Outros: refere-se principalmente à: (i) Oferta Pública de Ações – OPA de R\$ 1.371.678, (ii) Ganho de Participação R\$ 9.068, (iii) Mais Valia de R\$ 5.208 e em contrapartida ao saldo negativo referente ao (iv) Resgate Compulsório das Ações – reflexo Squeeze Out de R\$ 15.666 relacionados ao investimento na CPFL Transmissão CEEE-T.

A Sociedade é controlada diretamente pela CPFL Comercialização Brasil S.A. (CPFL Brasil), empresa controlada em conjunto pela CPFL Energia S.A, que por sua vez apresenta nos dados consolidados estes valores classificados no grupo de Resultado Abrangente.

Dividendos a receber

A Sociedade possui, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os seguintes saldos a receber da controlada direta, referente a dividendos:

Controlada	Controladora					
	Dividendo		Juros sobre o capital próprio		Total	
	31/12/2022	Não auditado 31/12/2021	31/12/2022	Não auditado 31/12/2021	31/12/2022	Não auditado 31/12/2021
COMPANHIA ESTADUAL DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	134.939	8.240	80.750	-	215.689	8.240
	<u>134.939</u>	<u>8.240</u>	<u>80.750</u>	<u>-</u>	<u>215.689</u>	<u>8.240</u>

8.2 Combinação de negócios

Aquisição da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (“CPFL Transmissão”)

Em 16 de julho de 2021, a controlada CPFL Cone Sul foi classificada em primeiro lugar no âmbito do leilão nº 01/2021, referente à alienação do controle acionário da CPFL Transmissão, realizado pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“Leilão”).

A CPFL Energia, no âmbito da sessão pública do Leilão, por meio da CPFL Cone Sul, apresentou a oferta vencedora, no montante de R\$ 2.670.000 para aquisição de ações representativas de aproximadamente 66,08% do capital social total da CPFL Transmissão (sendo, aproximadamente, 67,12% das ações ordinárias e 0,72% das ações preferenciais), detidas anteriormente pelo estado do Rio Grande do Sul. A parcela de não controladores foi mensurada pela participação proporcional no valor justo, conforme previsto pelo CPC 15(R1).

Em 24 de setembro de 2021, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública – CADE, e em 30 de setembro de 2021 foi obtida a autorização da ANEEL.

Em 14 de outubro de 2021 (“data de aquisição”), foi divulgado através de fato relevante ao mercado a conclusão da aquisição após todas as condições precedentes da transação serem atendidas, data em que o controle da CPFL Transmissão foi assumido pela CPFL Cone Sul e a titularidade das ações foi transferida e o pagamento foi efetuado. Essa aquisição resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15(R1), uma vez que a CPFL Cone Sul passou a deter o controle da CPFL Transmissão.

Em abril de 2022 ocorreu o leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da CPFL Transmissão. Como resultado deste leilão, a CPFL Cone Sul pagou a contraprestação R\$ 1.119.412, em contrapartida a 33,18% e a reserva de capital de R\$ 250.347 no patrimônio líquido, passando a CPFL Cone Sul a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%) da CPFL Transmissão.

Em 18 de novembro de 2022, ocorreu novo Leilão de oferta pública unificada de aquisição voluntária de ações ordinárias e preferenciais. Com resultado do leilão a controlada CPFL Cone Sul pagou a contraprestação de R\$ 1.360 e passou a ser titular de 9.592.444 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 99,32% do seu capital social total (anteriormente 99,26%).

No dia 07 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o resgate da totalidade das ações de emissão da CPFL Transmissão que remanesceram em circulação após os leilões de oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da controlada para conversão de registro como emissor de valores mobiliários, da Categoria “A” para Categoria “B”. Como resultado, foram resgatas compulsoriamente 26.787 ações ordinárias e 39.216 ações preferencias de emissão da CPFL Transmissão, representativas de 0,68% do capital social, as quais permanecem em tesouraria.

A aquisição está alinhada ao objetivo estratégico da CPFL Energia e possibilitará maior geração de valor aos seus acionistas, por meio de (i) otimização de despesas operacionais; (ii) exploração de um ativo de baixo risco com alto potencial de ampliação de investimentos e consequente aumento de remuneração; (iii) diversificação do portfólio da CPFL Energia por meio de um segmento que permitirá sinergias com as demais operações do Grupo; e (iv) otimização das condições de financiamento, melhorando a alavancagem financeira.

Conforme mencionado na nota 1, a CPFL Transmissão detém 96,85% (94,22% em 31 de dezembro de 2021) de participação na Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (“TESB”) e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral. Adicionalmente, a CPFL Transmissão detém 9,65% de investimento na TPAE (Transmissora Porto Alegrense de Energia) e 10% da ETAU (Empresa de Transmissão do Alto Uruguai).

Sua sede administrativa está localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador até 13 de outubro de 2021, o estado do Rio Grande do Sul. Os não controladores foram mensurados pela participação proporcional no *fair value* apurado.

A CPFL Transmissão tem 6.037 km de linhas de transmissão, 72 subestações e detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica:

- a) Contrato de Concessão nº 055/2001: Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/2013), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais 30 anos e tem vigência até 31 de dezembro de 2042;
- b) Contrato de Concessão nº 080/2002: Com vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das respectivas instalações de transmissão, podendo ser renovado por igual período. O término desta concessão está previsto para 18 de dezembro de 2032;
- c) Contrato de Concessão N° 4/2021-ANEEL: Obras em andamento com prazo estabelecido para energização até 30 de setembro de 2024. O término desta concessão está previsto 31 de março de 2051.

A TESB detém um contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, contrato N° 001/2011-ANEEL e tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada assinatura do contrato. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041.

(9) FORNECEDORES

A Sociedade apresenta saldo de R\$ 139 (R\$ 5.113 em 2021) refere-se a fornecedores de serviços administrativos prestados pela CPFL Finanças e CPFL Infra.

(10) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2022</u>	<u>não auditado 31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	7.452	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.691	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10.143	-
Programa de integração social - PIS	1.570	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	7.237	-
Outros	70	117
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	8.877	117
Total Circulante	19.020	117
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	42
Total Não circulante	-	42

(11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é de R\$ 2.677.144, dividido em 2.677.144.146 quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, pela CPFL Comercialização Brasil S.A.

11.1 Reserva de Capital

O saldo de R\$ 283.788 compreende o saldo das reservas: i) Reserva de Reforço de Capital de Giro R\$ 249.037; ii) reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 15.913 e iii) reserva legal de R\$ 18.836.

11.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")

Na AGO de 28 de Abril de 2022, foi aprovado a integralização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no montante de R\$ 2.679.857, pela CPFL Comercialização S.A. (CPFL Brasil).

11.3 Absorção de Prejuízos acumulados

Na AGO de 28 de Abril de 2022, foi aprovado a redução do capital social para absorção total do prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 2.755, com cancelamento de de 2.754.751 quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

11.4 Destinação do lucro líquido do exercício

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro Líquido do exercício	376.751	(2.755)
Base para destinação	376.751	(2.755)
Constituição de reserva legal	18.838	-
Dividendo adicional proposto	342.000	-
Reserva de lucros	15.913	-

(12) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2022	não auditado 2021	2022	não auditado 2021	2022	não auditado 2021	2022	não auditado 2021
Pessoal	-	-	-	116	-	-	-	116
Material	-	-	28	14	-	-	28	14
Serviços de terceiros	-	-	2.314	29.747	-	-	2.314	29.748
Outros	1	3	6	4	538	1	544	8
Arendamentos e aluguéis	-	-	6	4	-	-	6	4
Outros	1	3	-	-	538	1	538	4
Total	1	3	2.348	29.882	538	1	2.887	29.886

(13) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	4.218	12
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(196)	(1)
Garantias	-	-
Outros	0	6
Total	4.022	18
Despesas		
Encargos de dívidas	(35.995)	-
Juros Mutuo	(2.861)	(302)
PIS e COFINS sobre JCP	(8.788)	-
Outros	(2.809)	(1.279)
Total	(50.453)	(1.581)
Resultado financeiro	(46.431)	(1.564)

(14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade é controlada diretamente pela CPFL Comercialização Brasil S.A. (CPFL Brasil), empresa controlada pela CPFL Energia S.A, que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Sociedade.

A principal natureza e transação está relacionada a seguir:

- **Adiantamento para futuro aumento de capital** – AFAC – Correspondem a aporte de recursos, realizados pela CPFL Comercialização S.A. (CPFL Brasil).

A Sociedade possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da Sociedade e por um membro independente, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

Empresas	ATIVO		PASSIVO		DESPESA	
	31/12/2022	não auditado 31/12/2021	31/12/2022	não auditado 31/12/2021	2022	não auditado 31/12/2021
Dividendos/Juros sobre o capital próprio						
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	215.689	8.240	-	-	-	-
Contratos de Mútuos						
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	21.662	16.869	2.861	302
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital						
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	2.679.857	-	-
Materiais, prestação de serviços e outros						
CPFL Paulista Distribuição de Força e Luz	-	-	-	-	6	4
Nect Ser Administrativo Financeiro Ltda.	-	-	6	7	-	-
Nect Ser Administrativo Suprimentos e Logística Ltda.	-	-	-	1	-	-
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda..	-	-	2	-	-	-

(15) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Sociedade compreende, principalmente, comercialização de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Sociedade, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da Sociedade deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da Sociedade compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Sociedade está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da Sociedade cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da Sociedade, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Sociedade, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Sociedade está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Sociedade e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre da possibilidade das comercializadoras incorrerem em perdas por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, marcadas contra o preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Sociedade é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Sociedade utiliza-se de sistema de *software* (*Luna e Bloomberg*), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Sociedade estão expostas. Historicamente, os

instrumentos financeiros contratados pela Sociedade suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Sociedade tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Sociedade não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(16) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Sociedade são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2022		não auditado 31/12/2021	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	50.298	50.298	142	142
Total				50.298	50.298	142	142

Legenda

Categoria/ Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Sociedade para cada instrumento.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Sociedade. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Caixa e equivalentes de caixa

A Sociedade limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA.

A Sociedade considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2018 e 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

c) Análise de liquidez

A Sociedade gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022,

considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Sociedade deve liquidar as respectivas obrigações.

<u>31/12/2022</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>Menos de 1 mês</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	9	139	139
Total		139	139

(17) EVENTOS SUBSEQUENTES

17.1 Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA

RICARDO MOTOYAMA DE ALMEIDA
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Contábeis
CRC 1SP321353/O-4